

CORONEL WELTON
 Oficial de Ligação na Área Cultural e Lições Aprendidas do Exército Brasileiro junto ao Exército Português.

A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NO COMBATE À COVID-19

Neste artigo, sobre a atuação das Forças Armadas portuguesas no combate à covid-19, abordaremos o apoio irrestrito do Ministério da Defesa Nacional (MDN), sob a coordenação do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e o emprego operacional das três Forças Singulares no domínio dos meios da Estrutura de Defesa Nacional (EDN).

Em Portugal, à semelhança do Brasil, a EDN é responsabilidade do MDN, que prepara e executa a Política de Defesa Nacional (PDN) e prioriza a atuação das Forças Armadas portuguesas, por intermédio de seu EMGFA. O EMGFA é o órgão coordenador das operações militares conjuntas no Território Nacional (TN), tanto na parte continental quanto nas regiões autônomas dos Açores e da Madeira. Esse órgão também coordena o emprego de tropas no exterior.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), de 12 de agosto de 2005, estabelece no artigo 275 que as Forças Armadas são constituídas por três Ramos: Marinha, Exército e Aeronautica, as quais possuem como principal destinação constitucional a defesa militar da República Portuguesa.

Além disso, as Forças Armadas, no interior do TN, podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas

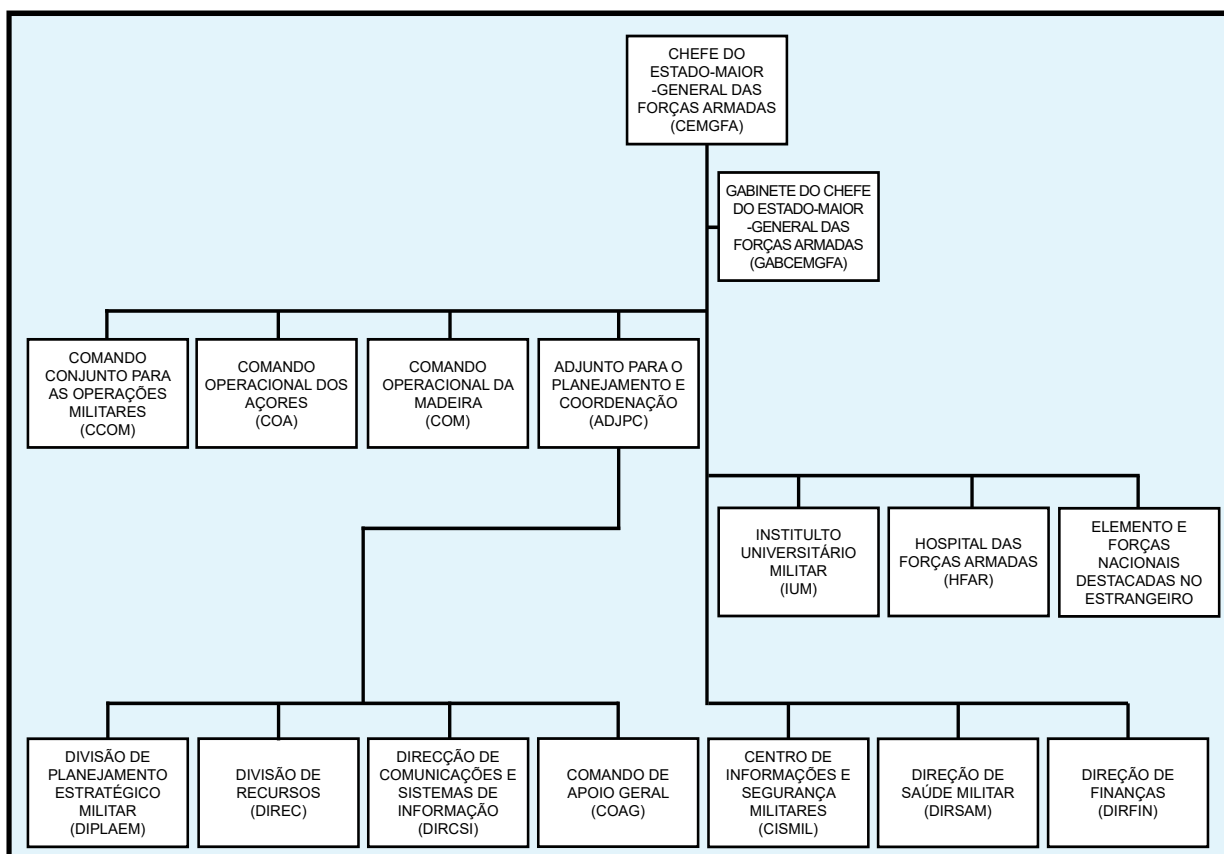


Fig 1 – Organograma do Estado-Maior-General das Forças Armadas portuguesas.

com a satisfação de necessidades básicas e com a melhoria da qualidade de vida da população (PORTUGAL, 2005).

O Diário da República (DR) de Portugal, de 13 de fevereiro de 2020, instrumento similar ao Diário Oficial da União (DOU) no Brasil, autorizou o emprego do efetivo total das Forças Armadas a atuarem no combate à pandemia. Atualmente, as Forças Armadas portuguesas possuem o total de 33.013 componentes (militares e civis), distribuídos como segue:

- Marinha - 9.251;
- Exército - 17.148; e
- Força Aérea - 6.614.

Considerando as incertezas provocadas pela pandemia do novo coronavírus na comunidade internacional e a necessidade de pronta resposta sanitária para conter o avanço da doença no âmbito interno, o Estado português decidiu mobilizar todos os recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis. Para isso, foi convocada a participação do MDN. Com essa mobilização nacional, foram elaborados planos e estabelecidas diretrizes para mitigar os impactos econômicos e sociais da crise epidemiológica mundial no território lusitano (continente e ilhas).

No contexto europeu, o governo português participou de reuniões políticas com os governantes dos estados-membros da União Europeia (UE), nas quais foram acordados procedimentos comuns para ações conjuntas na luta contra a covid-19. Além disso, decidiu-se que os compromissos internacionais assumidos pela UE seriam cumpridos, ao mesmo tempo que as Forças Armadas estivessem aptas para ajudar seus países conforme as suas especificidades locais. Na prática, a UE adotou a seguinte postura no combate à pandemia:

a resposta da Comissão Europeia à disseminação da covid-19 – traduziu-se em cinco orientações: assegurar o fornecimento de equipamentos de proteção e outros equipamentos médicos; flexibilizar as regras fiscais da União;

criar uma 'iniciativa de investimento na resposta ao coronavírus' fomentadora de injeção na liquidez nas PME e na saúde; fornecer orientações sobre as medidas fronteiriças na proteção da saúde, salvaguardando o princípio da livre circulação de mercadorias e limitando a circulação de pessoas dentro da União. (GASPAR, 2020, p.1).

Assim, pretendemos mostrar as atitudes das Forças Armadas portuguesas no combate à covid-19, ressaltando as milhares de iniciativas de apoio à população, às autoridades de saúde e às instituições sociais e caritativas. Além disso, mostraremos o desenvolvimento de novas possibilidades de prevenção e da produção crescente de equipamentos de proteção individual e coletiva, que preservam a segurança dos componentes dos Ramos e de seus familiares, envolvidos no socorro à nação.

AS FORÇAS DE DEFESA E O COMBATE À PANDEMIA

No cenário internacional, a pandemia gerada pela covid-19 é, inequivocadamente, um problema estratégico (DUARTE, 2020, p.2), pois afetou todos os países em maior ou menor escala nos aspectos socioeconômicos e sanitários. Com isso, surgem diversos questionamentos e reflexões sobre o momento atual na busca de soluções imediatas e desenvolvimento de procedimentos de enfrentamento dos desafios futuros.

Assim, faz-se necessário refletir sobre o papel da defesa no combate às pandemias e, ainda, sobre a possibilidade de que essa crise force uma transformação no sentido de criação ou de reforço da capacidade de resposta das Forças Armadas, às emergências complexas que se multiplicam. Isso tornou-se um sentimento em toda a Europa, especialmente, em Portugal (REIS, 2020, p.3).

Nessa perspectiva político-estratégica, verifica-se que:

apesar de as pandemias se encontrarem identificadas nos conceitos estratégicos da maioria dos países europeus como ameaça, um número significativo deles não estava preparado para enfrentar a pandemia originada pela covid-19. Não só demoraram a reagir como a descobrir a exiguidade dos meios à disposição para lhe fazer frente. Foi isso que levou os governos a recorrerem ao apoio dos militares, que variou de país para país, e foi quase que exclusivamente no âmbito da assistência médica e da segurança interna (BRANCO, 2020, p.3).

“
A atuação rápida e eficiente das Forças Armadas portuguesas, em todas as operações de socorro desencadeadas no território nacional, foi um fator de sucesso no combate à covid-19.
”

Dessa forma, surgiram condicionantes e circunstâncias iniciais para o planejamento de utilização das Forças Armadas, em Portugal, em virtude das suas peculiaridades de emprego, dos seus efetivos empenhados em compromissos externos, por exemplo, as Forças Nacionais Destacadas (FND). Além do que, anualmente, existe a operação militar em suporte às ações de defesa civil na debelação de focos de queimadas no TN, que se tornaram mais intensas e visíveis a partir do grande incêndio de 2017, que ocasionou a perda de várias vidas.

Inicialmente, colocou-se à disposição do povo português toda a estrutura militar existente (pessoal e material), tanto no continente quanto nas ilhas do Açores e da Madeira. Essa estrutura foi destinada a atender às solicitações de ajuda que fossem apresentadas, formalmente ao EMGFA pelos órgãos do governo, pelas instituições nacionais e por entidades civis, especialmente, aquelas

envolvidas com a saúde e com a proteção civil no enfrentamento da doença.

Em sintonia de esforços, o Chefe do EMGFA, com a colaboração dos Chefes dos Estados-Maiores da Armada (CEMA), do Exército (CEME) e da Força Aérea (CEMFA), que correspondem aos comandantes das Forças Armadas brasileiras, preparou o plano de contingência da covid-19, que levou a termo as informações científicas sobre o vírus, as linhas de ação de emprego (LAE) nos diversos planos militares, as recomendações da UE e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Com isso, o EMGFA estabeleceu as diretrizes gerais para a atuação de cada um dos membros das Forças Armadas, segundo suas especialidades e capacidades logístico-operacionais. Tais diretrizes visavam estabelecer critérios para a realização do suporte às demandas dos ministérios da Saúde, responsável pelo Serviço Nacional de Saúde – SNS, da Educação, da Justiça, da Solidariedade e da Segurança Social, além da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Ressalte-se que, além desse planejamento estratégico, o MDN firmou protocolos de cooperação com os organismos governamentais, em consonância com as leis em vigor, respaldando o emprego das Forças Armadas nessa situação de crise humanitária. Assim, foi possível o aporte dos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento das operações. Dessa feita, as Forças Armadas estavam aprestadas, prontas e amparadas juridicamente para atuar.

Inicialmente, as Forças Armadas portuguesas foram empregadas, como segue:

- na avaliação dos riscos nacionais de contágio;
- na execução de ações para diminuir o número de infectados e a taxa de mortalidade;
- no cuidado interno dos seus contingentes;
- na atenção à Família Militar; e
- na manutenção dos níveis mínimos de prontidão para emprego interno (rotinas diárias) e externo (no caso, as FND).

Como providência imediata, destaca-se a ativação da Célula Permanente de Crise (CPC) no Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM) e a execução das ações planejadas de combate à covid-19, nos âmbitos operacional e tático, aproveitando-se da infraestrutura de suas unidades militares.

Isso permitiu o rápido e significativo reforço aos profissionais de saúde, às instalações hospitalares e à distribuição e armazenamento dos equipamentos sanitários, como medicamentos, respiradores, itens de proteção individual e coletiva, disponíveis do SNS, além do apoio à estrutura da ANEPC.

A seguir, pode-se compreender a concepção do planejamento do Exército português de acordo com o pronunciamento do Tenente-General António Martins Pereira, Comandante das Forças Terrestres, cargo semelhante ao do Comandante de Operações Terrestres, na edição de março de 2020 do Jornal do Exército (JE):

o Exército existe para servir a Portugal e aos portugueses, pelo que estamos completamente mobilizados para apoiar a população, sendo a nossa prioridade, nesta campanha de combate à covid-19, a prontidão na resposta do Exército e das Forças Armadas para um apoio oportuno e de elevada qualidade. (...) O Exército preparou o Plano de Contingência covid-19-EX, traçando as linhas de ação e estabelecendo cenários, combinando a evolução da situação sanitária e epidemiológica pela covid-19 e os respectivos efeitos no funcionamento do Exército. (...) Os resultados obtidos, já nesta altura, demonstram o apoio abrangente do Exército devidamente articulado e coordenado nos domínios das Operações, da Solidariedade e da Saúde, a cerca de uma centena de entidades e muitas dezenas de municípios (PEREIRA, 2020, p.3).

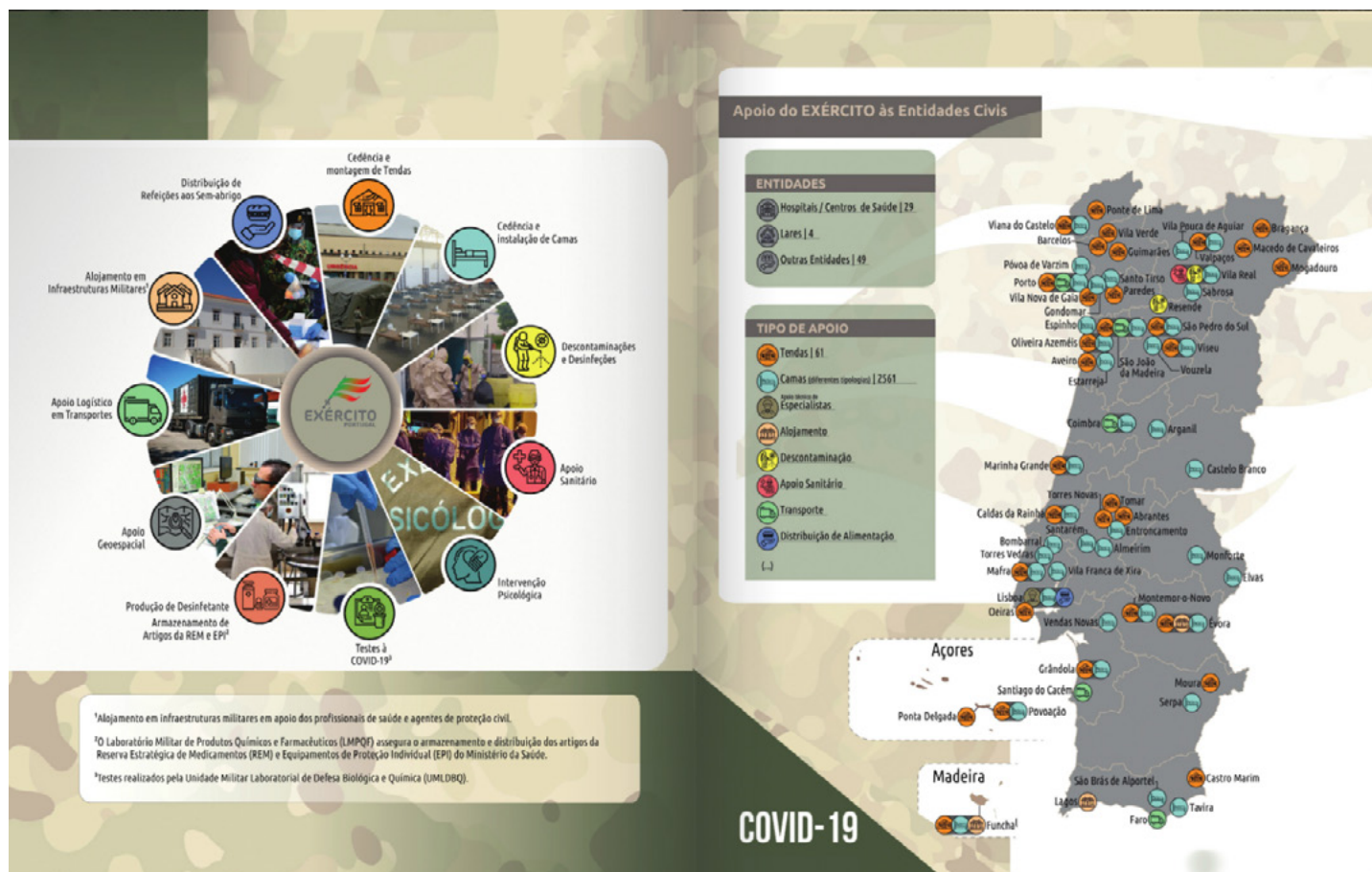


Fig 2 - Operações do Exército Português em apoio às entidades civis, em março de 2020.

Nesse contexto, o Ministro da Defesa Nacional enfatizou, publicamente, a capacidade de adaptação das Forças Armadas e a sua disponibilidade para a prestação do socorro à população portuguesa, com total disposição de pessoal e de meios, porém alertou para a necessidade de investimentos:

sublinharia ainda a capacidade de planejamento e de comando e controle, tão evidenciada durante esta pandemia pelas Forças Armadas. Esta é, aliás, uma área, onde teremos de reforçar o investimento se quisermos fazer o melhor uso dos instrumentos à nossa disposição, gerindo, organizando e respondendo da forma mais adequada (CRAVINHO, 2020).

Baseadas no lema “Prevenir – Proteger – Preservar”, as Forças Armadas portuguesas orientaram seus recursos humanos para a preservação da saúde pessoal e de sua prontidão. Nesse domínio, trabalhou na conscientização de militares e na sensibilização de familiares, além de civis, em uma fase de adoção de atitudes comportamentais no tocante às ameaças e às possibilidades de infecção individual e de transmissão coletiva, que poderiam ter consequências lamentáveis para a família militar e para a tropa.

Assim, o MDN e as três forças singulares divulgaram as recomendações do Ministério da Saúde relativas às medidas de prevenção no que se refere a evitar o contágio e a disseminação do novo coronavírus, utilizando-se de sites institucionais na internet, das mídias sociais (*Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e outros) e, ainda, de documentos internos para conhecimento da tropa. Como exemplo, foi criado o espaço intitulado “*covid-19: informação útil*” na página *web* daquele ministério.

Simultaneamente, foram usadas as revistas impressas e digitais das três forças e do Instituto de Defesa Nacional (IDN) na apresentação do balanço das atividades de enfrentamento desenvolvidas pelo MDN e pelas Forças Armadas, na veiculação

de artigos e de estudos estratégicos na temática da defesa nacional e da pandemia. Tudo isso possibilitou a divulgação adequada das medidas ativas e passivas para se minimizar a contaminação da covid-19, além de permitir aos integrantes uma consciência situacional.

Outro aspecto importante foi a liderança do CEMA, CEME e CEMFA, inclusive em pronunciamentos em revistas e em meios digitais, juntos aos comandados oficiais, sargentos, cabos e soldados, alertando-os sobre o compromisso das Forças Armadas em atender à convocação da Pátria no esforço total contra a pandemia do coronavírus. Nessas oportunidades, os chefes enalteceram os valores de suas instituições e, ao mesmo tempo, alertaram para o máximo cuidado com a saúde pessoal, familiar e dos outros companheiros de caserna.

Além disso, os comandantes de forças estabeleceram procedimentos para a desinfecção dos locais de trabalho e adotaram o teletrabalho nas atividades que podiam ser executadas nessa modalidade. Ainda, foram determinados a realização de horários defasados e rodízio de equipes, a fim de que a prontidão da tropa com “a saúde em dia” e higidez necessárias permitissem o melhor desempenho institucional no socorro às necessidades da população portuguesa.

Nas palavras do General José Nunes da Fonseca, CEME, dirigida aos componentes do Exército português, que foram publicadas na edição de abril de 2020 do *Jornal do Exército (JE)*:

neste quadro de atuação, a todos vós quero endereçar palavras de confiança, de proatividade, de estímulo e de determinação. (...) De confiança, no profissionalismo, competência, coragem moral e espírito de missão, que sempre caracterizaram, e caracterizam, o “Soldado” do Exército português. (...) De proatividade, pela consciência de que a nossa prontidão depende da preservação do potencial humano, presente na conscientização e no dever de reforçar os procedimentos internos e os comportamentos, individuais e coletivos,

com foco na contenção da propagação da covid-19. (...) De estímulo, porque, também perante este desafio, o Exército deve confirmar-se resiliente. (...) Finalmente, de determinação, porque o Exército está sempre onde os portugueses mais dele precisam. (...) Como vosso Comandante, estou certo de que este difícil e prolongado momento será ultrapassado, e dele sairemos mais fortalecidos para prosseguirmos ao serviço do Exército e de Portugal (FONSECA, 2020, p.3).

Em seguida, na captação de recursos humanos para apoiar às ações das Forças Armadas contra a propagação da covid-19, o EMGFA lançou um programa intitulado "covid-19: voluntários da família militar". Esse programa estimulava outros militares, da reserva reformados, familiares, civis e reservistas a participarem da luta contra a covid-19.

Devido ao programa "covid-19: voluntários da família militar", o EMGFA reuniu aproximadamente oito mil voluntários das mais diversas especializações, tais como médicos, enfermeiros, psicólogos, entre outras, áreas essenciais para o acolhimento de cidadãos infectados e para a triagem do tratamento sanitário em reforço dedicado ao SNS.

Em sua participação na Comissão de Defesa Nacional (CDN) para tratar da situação pandêmica, realizada na Assembleia da República, que corresponde ao Congresso Nacional brasileiro, o Ministro da Defesa Nacional enfatizou que a resposta à crise seria liderada pelas estruturas de saúde pública, pela proteção civil e pelas Forças Armadas. Essas instituições estão plenamente mobilizadas para dar um contributo único e insubstituível para um combate que é de toda a sociedade portuguesa.

Além disso, o Ministro também destacou a coordenação conjunta do CEMGFA e da Secretária de Estado da Proteção Civil no atendimento às solicitações de apoio, priorizando a ação, evitando redundâncias e o desperdício de recursos das três forças:

estamos lado a lado com a Direção-Geral de Saúde, no acompanhamento hospitalar e na produção, armazenamento e distribuição de materiais essenciais à atividade médica. Estamos lado a lado com a Educação na preparação e acompanhamento do regresso à atividade escolar. Estamos com a Justiça, na desinfeção e na formação de pessoal nas prisões. Estamos com a Solidariedade e Segurança Social, nestes dias um pouco por todo o país, em ações de formação nos lares, porventura o calcanhar de Aquiles da nossa sociedade. E estamos com a Proteção Civil, como estamos sempre, na gestão das respostas à escala nacional, incluindo nas ilhas dos Açores e da Madeira (CRAVINHO, 2020).

Como contribuição das Forças Armadas para a produção de itens de proteção individual e utensílio médico, destaca-se o planejamento do EMGFA na identificação de artigos de vestuário e de equipamentos a serem fabricados. Assim, foi realizada a divisão de tarefas como segue:

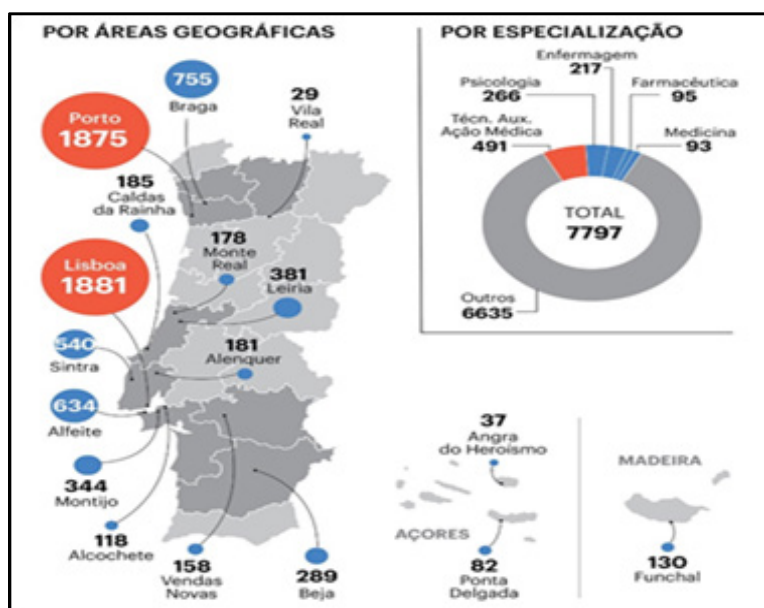


Fig 3 - Voluntários da família militar por regiões e por especialidades.

- a Marinha produziu o protótipo de ventilador ou respirador de baixo custo;
- o Exército desenvolveu a técnica de isolador de descontaminação; e
- a Força Aérea confeccionou as viseiras de proteção.

Outra ação estruturante foi a recuperação das instalações do antigo Hospital Militar de Belém, pertencente ao Exército português, para acolher o Centro de Apoio Militar (CAM) à covid-19. Isso aumentou a capacidade de resposta do Hospital das Forças Armadas (HFAR) no tratamento de infectados, em um quadro clínico de gravidade ligeira, em cooperação com o SNS.

No intuito de promover uma rápida e eficaz troca de informações estratégicas

supranacionais no combate à pandemia, realizou-se uma videoconferência com os Ministros da Defesa dos Estados-Membros da UE para abordar as repercussões do fenômeno sanitário nas atividades militares e na defesa europeia.

Além disso, os ministros abordaram a importância do uso imediato das Forças Armadas, com toda a estrutura de defesa disponível em recursos materiais e humanos, na pronta resposta às demandas locais e em apoio aos seus sistemas de saúde, aos organismos nacionais ou internacionais. Isso trouxe novas perspectivas de ação das Forças Armadas no âmbito da doutrina militar portuguesa.



Fig 4 – Apoio do Exército Português à população local.

AS AÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS NO COMBATE À PANDEMIA

Com base nas informações prestadas anteriormente e noutras pesquisas realizadas, até o dia 22 de dezembro de 2020, pode-se resumir as ações efetivas das Forças Armadas em prol da população como segue:

➤ ativação do Módulo de Apoio Militar de Emergência do HFAR;

➤ utilização do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPOF) para a produção de álcool gel, aproximadamente 4.000 litros por dia, remédios e testes de diagnóstico para a covid-19, sendo para as demandas internas e do Ministério da Saúde, além do armazenamento, gestão e distribuição da Reserva Estratégica de Medicamentos (REM) e dispositivos médicos do SNS;

➤ apoio com materiais e pessoal ao Hospital Prisional, em Caxias, e aos Estabelecimentos Prisionais em Custóias e Ponta Delgada, em reforço à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais do Ministério da Justiça;

➤ confecção e distribuição de refeições diárias, almoço, lanche e jantar, e de máscaras protetoras aos moradores de rua em várias localidades, especialmente em Lisboa;

➤ estabelecimento da infraestrutura de 11 Centros de Acolhimento (CA) em unidades militares, com a disponibilização de 2.300 camas ao SNS, com o intuito de acolher os infectados não-graves e com evolução favorável da doença, além de 300 camas destinadas aos profissionais de saúde e da proteção civil em serviço nos referidos CA;

➤ ações de desinfecção e descontaminação de lares de idosos, estabelecimentos de ensino, hospitais, centros de saúde, instalações públicas e veículos de emergência (INEM) pelas Unidades de Descontaminação Nuclear, Biológica, Química e Radiológica das Forças Armadas, que utilizaram aproximadamente 105 equipes de atuação contínua, além de formação de grupos de manutenção das limpezas nos lugares desinfetados;

➤ preparação de equipes de desinfecção nas entidades civis apoiadas, a fim de continuarem o trabalho realizado pelas

Forças Armadas, ampliando a capacidade de limpeza dos locais diariamente e diminuindo as possibilidades de contágio, especialmente, das pessoas do grupo de risco, como seniores e doentes em geral;

➤ reabilitação do Antigo Hospital Militar de Belém com 150 camas para ser o CAM à covid-19 em apoio ao SNS;

➤ reforço à estrutura do SNS e da ANEPC com a disponibilização de aproximadamente 4.495 camas e mais de 82 barracas/tendas e armazenamento e distribuição de material de proteção individual para apoio aos médicos, enfermeiros e outros profissionais, inclusive na gestão logística dos donativos ao SNS;

➤ captação de recursos humanos com cerca de 8 mil voluntários e reservistas para aumentar a capacidade de resposta das Forças Armadas no combate ao coronavírus, especialmente, no HFAR e nos hospitais do SNS;

➤ disponibilização de 4 salas de isolamento no Centro Médico Naval com equipes de saúde e 600 camas na Escola de Tecnologias Navais da Armada para isolamento e acompanhamento médicos;

➤ evacuação de cidadãos portugueses da Romênia e da França;

➤ fiscalização das praias e embarcações;

➤ assessoramento imediato de cinco oficiais das Forças Armadas, pertencentes ao Instituto Universitário Militar, aos Secretários de Estado nomeados, especificamente, para a missão de coordenação regional do combate à pandemia da covid-19

➤ assistência médica e cuidados contínuos de aproximadamente 430 militares idosos residentes em três lares chamados de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) mantidos pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA);

➤ coparticipação na fabricação de roupas de proteção, respiradores, máscaras e viseiras juntamente a empresas civis (*NORAS Performance*, *UA Vision* etc) para suprimir às necessidades do público interno e os profissionais de saúde das Forças Armadas e SNS;

➤ apoio do Centro de Informação Geoespacial (CIG) na georreferenciação de 99 estabelecimentos de saúde do SNS no tocante ao armazenamento e à distribuição dos equipamentos e materiais de saúde;

➤ participação no planeamento de vacinação da população portuguesa em apoio logístico ao SNS em todo o TN;

➤ ações de sensibilização em quartéis, escolas, estabelecimentos prisionais, instituições nacionais e entidades civis com a finalidade de informar sobre os perigos da doença e as medidas de proteção e higiene para diminuir a infecção pelo vírus; e

➤ rastreamento de casos da covid-19 e apoio às internações em hospitais, especificamente, na segunda onda.

A ativação do Centro Logístico Conjunto proporcionou o transporte aéreo de aproximadamente 10 toneladas de material médico, tendas e camas, entre o continente e as ilhas, para reforçar a capacidade dos

hospitais e as estruturas de saúde nos Açores e na Madeira.

Além disso, a Força Aérea portuguesa está realizando evacuações aeromédicas de infectados com a covid-19 e transporte terrestre em comboios militares de diversos equipamentos em apoio ao SNS, como EPI, camas, material de higiene e limpeza, tendas, totalizando 27 toneladas.

AS AÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS DE REFORÇO AO SNS E À ANEPC

Dentre as inúmeras atividades de reforço ao SNS, à ANEPC, aos outros órgãos governamentais e às entidades civis, resume-se a atuação das Forças Armadas nos números apresentados no quadro a seguir:

ATIVIDADES REALIZADAS	OCORRÊNCIAS
Entidades apoiadas	2.038
Municípios apoiados	277
Hospitais e Centros de Saúde apoiados	46
Apoio às estruturas residenciais ou aos lares para idosos	1.286
Autarquias apoiadas	68
Estabelecimentos de Ensino apoiados.	524
Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos apoiados	48
Outras instituições apoiadas	66
Ações de descontaminação de infraestruturas/instalações públicas	11
Descontaminações de viaturas de emergência	384
Descontaminações de pessoal de saúde	470
Desinfecções de infraestruturas	7
Doentes tratados (apoio sanitário)	255
Testes de covid-19 realizados	8.278
Refeições distribuídas	106.365
Desinfetantes produzidos	224 t
Barracas/tendas cedidas e montadas	82
Camas disponibilizadas	4.495
Materiais de saúde transportados por meio aéreo	10 t
Materiais de saúde transportados por meio terrestre	27 t
Ações de sensibilização executadas em escolas, lares para idosos, pousadas de juventude, estabelecimentos prisionais e municípios	1.850
Ações de distribuição de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e gel desinfetante	474

Quadro 1 – Ações de combate à covid-19, realizadas pelas Forças Armadas portuguesas.



Fig 5 - Distribuição de alimentos à população pelo Exército de Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das Forças Armadas portuguesas, em todos os aspectos e situações, contribuiu decisivamente para que uma nova realidade se caracterizasse no continente europeu:

os imperativos decorrentes da situação epidemiológica vieram reforçar formas de coordenação nacional, nomeadamente as de carácter interministerial, potencializar a interdependência construtiva entre o setor público e o privado e incrementar a intervenção europeia no apoio e ação comum na área de saúde, controlo de fronteiras e mercado interno, em múltiplas expressões de oportunidade e de capacidade de adaptação construtiva (GASPAR, 2020, p. 2).

Considerando as circunstâncias iniciais de planeamento das ações de enfrentamento à disseminação da covid-19 e a execução de medidas de proteção, tratamento e acompanhamento sanitário, além do atendimento de outras demandas nacionais, em todo o território nacional, verifica-se que os planos estratégicos do MDN em consonância com as necessidades e participação de outros ministérios, por exemplo, da Saúde, Educação, Justiça, Solidariedade e

Segurança Social. Até o presente instante, essa atuação possibilitou a preservação de vidas humanas pelo excelente trabalho realizado pelas Forças Armadas com a dedicação, competência e entusiasmo de seus recursos humanos no cumprimento das missões recebidas em todas as unidades militares.

“ a Força Aérea portuguesa está realizando evacuações aeromédicas de infectados com a covid-19 e transporte terrestre em comboios militares de diversos equipamentos em apoio ao SNS, como EPI, camas, material de higiene e limpeza, tendas, totalizando 27 toneladas. ”

Em âmbito nacional, a contribuição dos Ramos é plenamente reconhecida por todos os setores sociais, especialmente, nas manifestações políticas de gratidão ao esforço militar conjunto para salvaguardar as vidas dos portugueses e os interesses de Portugal.

(...) ficou comprovada a utilidade das forças de segurança e defesa no auxílio às autoridades civis na gestão da crise, assegurando toda uma série de funções – transporte, construção de hospitais de campanha, distribuição de máscaras, etc. – que merecem justamente encômios generalizados (PEREIRA, 2020, p. 6).

Durante o Seminário de Atuação do Exército português no combate à covid-19, nas comemorações do dia do Exército português, na Academia Militar, o Ministro da Defesa Nacional afirmou que a resposta das Forças Armadas portuguesas, em seus três ramos, gerou “um consenso amplamente partilhado na nossa sociedade de que as Forças Armadas são um elemento crítico e diferenciador, que assegura um respaldo único e indispensável a outras estruturas de governação” (CRAVINHO, 2020).

Além disso, as Forças Armadas utilizaram as lições aprendidas, desde o início da pandemia, em março de 2020, para inserir informações na concepção de futuras ações em apoio à saúde e proteção civil, sempre atento às orientações sanitárias das autoridades portuguesas e mundiais.

Isso é evidente nas palavras do Coronel Miguel Freire, Comandante do Regimento de Cavalaria nº 6 (Braga):

a pandemia veio reforçar a atenção à vertente do apoio civil, em linguagem doutrinária do Exército, ou de apoio

ao desenvolvimento e bem-estar das populações, na terminologia das missões das Forças Armadas. Ajustada em uma forma sistemática após os incêndios de 2017, esta vertente impôs, desde aí, um comprometimento total dos meios terrestres nas missões de apoio militar de emergência nos meses de verão (FREIRE, 2020, p.7).

Comprometidas com a CRP, as Forças Armadas encontraram o equilíbrio oportuno no cumprimento das tarefas atribuídas, com o intuito de que os compromissos internos e externos possam ser fielmente atendidos com os elevados padrões de instrução militar e capacidade logística-operacional. Assim, os Ramos mantiveram seus níveis de operacionalidade e a desejada prontidão dos seus efetivos para emprego.

Na luta contra o novo coronavírus, inicia-se uma nova etapa do apoio logístico conjunto das Forças Armadas ao Ministério da Saúde para a ampla imunização da sociedade portuguesa, nativos e estrangeiros residentes em Portugal, em um total de 10 milhões de habitantes. Assim, utilizando-se das capacidades operacionais e logísticas das Forças Armadas, a DGS executará o Plano Nacional de Vacinação, priorizando os grupos de risco até a proteção completa dos indivíduos.

Por fim, confirma-se que a atuação rápida e eficiente das Forças Armadas portuguesas, em todas as operações de socorro desencadeadas no território nacional, foi um fator de sucesso no combate à covid-19 em benefício da população portuguesa, em que vidas foram preservadas pela total disponibilidade e competência do segmento militar. ■

REFERÊNCIAS

- Instituto de Defesa Nacional (IDN). A Pandemia COVID – 19: que impacto nas áreas de segurança e defesa? Lisboa. 2020.
- Instituto de Defesa Nacional (IDN). COVID – 19 e Segurança Sanitária: o que muda? Especial Pandemia – 15 de abril de 2020. Lisboa.
- Instituto de Defesa Nacional (IDN). COVID – 19 – que impacto nas Forças Armadas? Especial Pandemia – 29 de abril de 2020. Lisboa.

Instituto de Defesa Nacional (IDN). COVID – 19 – Como fica a Defesa Europeia? Especial Pandemia – 27 de maio de 2020. Lisboa.

Instituto de Defesa Nacional (IDN). COVID – 19 e Segurança Humana – Especial Pandemia – 17 de junho de 2020. Lisboa.

Instituto de Defesa Nacional (IDN). COVID – 19 – que impacto nas Forças Armadas? Especial Pandemia – 29 de abril de 2020. Lisboa.

Jornal do Exército (JE) nº 697. O Exército na Campanha de Combate à COVID – 19. Edição de Março de 2020. Lisboa.

Jornal do Exército (JE) nº 698. O Exército Combate a Pandemias. Edição de Abril de 2020. Lisboa.
PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa. 2005.

SOBRE O AUTOR

O Coronel de Infantaria Welton Gomes Maia Junior é o Oficial de Ligação na Área Cultural e Lições Aprendidas do Exército Brasileiro junto ao Exército português em Lisboa, Portugal. Foi declarado aspirante a oficial, em 1994, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Realizou os cursos de Comando e Estado-Maior e de especialização em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), estabelecimento de ensino no qual foi instrutor. Fez os Estágios de Adaptação e Operações na Caatinga (CIOpC/72º BIMtz), de Adaptação e Vida na Selva (CIGS), de Adaptação e Operações no Pantanal (CIOpP/17º B Fron) e Comunicação Social para Oficiais no CComSEx (welton.gomes@eb.mil.br).

Exército Brasileiro atuando no combate à covid-19



Exército apoia transporte de vacinas para comunidades indígenas no Amazonas - AM.